



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ- REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA- PROEAD
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

LUZIA EGELLEN OLIVEIRA LIRA

**OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE:
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A BUROCRACIA**

**DESTERRO
2022**

LUZIA EGELLEN OLIVEIRA LIRA

**OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE:
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A BUROCRACIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira da Silva.

**DESTERRO
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L768d Lira, Luzia Egellen Oliveira.
Os desafios da Administração pública na contemporaneidade: [manuscrito] : transparência pública e a burocracia / Luzia Egellen Oliveira Lira. - 2022.
17 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - João Pessoa , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. José Pereira da Silva , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Administração pública. 2. Transparência pública. 3. Burocracia. I. Título

21. ed. CDD 351

LUZIA EGELLEN OLIVEIRA LIRA

OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE:
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A BUROCRACIA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Aprovada em: 09/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JOSE PEREIRA DA SILVA
Data: 13/12/2022 07:05:46-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. José Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jurani Oliveira Clementino

Prof. Dr. Jurani Oliveira Clementino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Adelino Pereira da Silva

Prof. Ms. Adelino Pereira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	FUNDAMENTAÇÃO	08
2.1	Caracterização da administração pública: história e atualidades	08
2.2	Os desafios contemporâneos da administração pública: burocracia e transparência	12
3	METODOLOGIA	15
4	CONCLUSÃO	16
	REFERÊNCIAS	17

OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE: TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E A BUROCRACIA

THE CHALLENGES OF PUBLIC ADMINISTRATION IN CONTEMPORARY TIMES: PUBLIC TRANSPARENCY AND THE BUREAUCRACY

Luzia Egellen Oliveira Lira*

RESUMO

O presente estudo buscou refletir acerca dos desafios da administração pública na contemporaneidade, partindo do resgate histórico e da caracterização dos elementos que permeiam o ato administrativo, promovendo uma abordagem a respeito dos desafios contemporâneos permeados pela burocracia pública e a necessidade da transparência das atividades governamentais. Caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, com enfoque na análise de bibliografias correlatas a temática pesquisada, com posterior análise das informações obtidas. Como resultado desse trabalho de cunho reflexivo, buscou-se abrir campo para novos estudos investigativos referentes aos processos que envolvem a atividade administrativa, objetivando a implementação dos modelos de qualidade e gestão participativa de forma mais abrangente e uma visão mais ampla em relação a importância da compreensão dos elementos que compõe a administração pública. Enfim, que essa pesquisa fomente o desejo pelo planejamento e implementação de estratégias que atendam às necessidades dos cidadãos, garantindo a efetividade dos serviços prestados.

Palavras-chave: Administração Pública. Desafios. Burocracia. Transparência.

ABSTRACT

The present study sought to reflect on the challenges of public administration in contemporary times, starting from the historical promoting an approach to contemporary challenges permeated by public bureaucracy and the need for transparency of government activities. It was characterized as a bibliographical research, focusing on the analysis of bibliographies related to the researched theme, with subsequent analysis of the information obtained. As a result of this reflective work, we sought to open the field for new investigative studies regarding the processes that involve the administrative activity, of quality models and participatory management in a more comprehensive way and a broader view regarding the importance of understanding the elements that make up the public administration. Finally, this research fosters the desire for planning and implementing strategies that meet the needs of citizens, ensuring the effectiveness of the services provided.

Keywords: Public Administration. Challenges. Bureaucracy. Transparency.

* Bacharelanda em Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: egellenlira3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico, a administração pública brasileira é caracterizada por processos de reforma, aqui entendidos como mudanças nas estruturas administrativas (organizacional, gerencial e público), bem como mudanças institucionais no aparelho estatal.

No entanto o Estado, ainda tem enfrentado crescentes dificuldades no que diz respeito a globalização e suas complexidades, assim como diante da efetivação da sua principal função, que está ligada a coesão social. Nessa perspectiva, as reformas de Estado passaram a figurar como temática frequente nos debates nacionais e internacionais, permeando pelos desafios e perspectivas da administração pública.

O volume e a complexidade das decisões no setor público têm exigido agilidade e a flexibilidade no que diz respeito a tomada de decisões e o gerenciamento dos recursos disponíveis. Porém, fatores ligados a burocracia pública e a transparência das atividades governamentais, estão intrinsecamente ligados a eficácia da capacidade de atender aos cidadãos de forma satisfatória.

Nessa perspectiva, este estudo pretende responder a seguinte questão: Por que que a burocracia e a transparência pública” são desafios para os gestores públicos hoje? Cabe ressaltar a importância de consolidar uma administração pública eficiente, visando uma reestruturação do Estado quanto aos aspectos sociais, a fim de consolidar uma nova relação com a sociedade como um todo. A constante reflexão diante de tais fatores estabelece diversos desafios para os setores e pessoas envolvidas, bem como a elevação do padrão de gestão.

O anseio em aprofundar os estudos é fruto da aproximação com a temática durante o curso, evidenciando a necessidade de conhecer os aspectos referentes as questões que envolvem a gestão pública e os fatores que permeiam sua efetivação, elencados como desafios ao setor público.

O percurso investigativo baseia-se por objetivos sintonizados com a realidade brasileira, conforme se verifica no objetivo geral no sentido de refletir acerca da burocracia excessiva e da transparência como desafios da administração pública na contemporaneidade, partindo do resgate histórico e da caracterização dos elementos que permeiam o ato administrativo, visando promover uma abordagem acerca dos desafios contemporâneos permeados pela burocracia pública e a necessidade da transparência das atividades governamentais. De maneira específica busca-se:

resgatar historicamente o surgimento da administração pública; conhecer melhor a perspectiva burocrática na esfera pública; bem como, refletir sobre a necessidade da transparência das atividades realizadas pelo setor público.

Para tanto, inicialmente, o artigo realiza um levantamento histórico quanto ao surgimento das formas de organização das sociedades desde as civilizações mais antigas, até os dias atuais, enfatizando as atividades administrativas exercidas em cada momento. Por fim, apresenta-se o enfoque na burocracia e na transparência como desafios ao andamento da administração pública brasileira, especificando-se as o papel do Estado como guardião da informação pública e dos interesses dos cidadãos.

Acredita-se que a realização desse trabalho de cunho reflexivo possa despertar nos servidores e cidadãos, uma visão mais ampla em relação a importância da compreensão dos elementos que compõe a administração pública. Enfim, que essa pesquisa fomente o desejo pelo planejamento e implementação de estratégias que atendam às necessidades dos cidadãos, garantindo a efetividade dos serviços prestados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Caracterização da administração pública: história e atualidades

A administração pública no Brasil está enraizada na sociedade, não estritamente por normas religiosas (judaísmo e cristianismo), porém desde os primórdios é possível constatar a menção da necessidade de os indivíduos deixarem o isolamento e unir-se para formar família, ajudar uns aos outros, entre outras necessidades.

A união do homem e da mulher deu origem a um grupo, ou para ser mais preciso, uma família, a organização perfeita para começar a proliferar na Terra. Essas pessoas começaram a viver vidas nômades, fazendo várias ocupações e às vezes eram caçadores, pescadores, outros coletores e eventualmente agricultores (MATIAS; PEREIRA, 2010).

A atividade agrícola ajudou o homem a fixar-se num território, a assegurar e promover respetivamente a sobrevivência e o desenvolvimento do seu povo. A partir dessa concepção temos que outros povos nômades se congregam na mesma área,

foi então que os grupos familiares se tornaram uma sociedade complexa, necessitando de uma organização capaz de acabar com os conflitos que existiam entre os clãs. Para tal, era preciso que alguém fosse responsável pela atividade organizativa, função que em muitas civilizações foi atribuída ao pai, o patriarca das famílias (FRIEDE, 2002).

Tomando como exemplo a Grécia, os povos nômades formaram pequenas "aldeias-estado", que se uniram para formar polis, conhecidas como cidades-estados. Dessa forma, a gestão da cidade começa de forma simples, na qual os cidadãos devem se reunir para discutir questões de interesse local. Já em Roma, surgiram vários institutos, denominados como Senado, comandado por magistrados e senadores, além dos Conselhos Centurial e Plebeu, que tinham diversas funções, como recenseamento, arrecadação de impostos, estabelecimento de leis, decretos, súmulas vinculantes (éditos dos magistrados), gestão do erário público (gestão financeira) entre outras funções administrativas. Como resultado, o poder foi distribuído demais nas mãos de muitos, facilitando o surgimento do Império (27 a.C. a 565 d.C.), com o imperador em pleno poder. Foi então que a fase da descentralização à centralização administrativa levou ao colapso de muitas civilizações ocidentais (CASTRO, 2011).

Os documentos que possibilitam o resgate histórico do período de centralização administrativa, ressaltam que a administração pública não tinha ainda princípios constitucionais próprios como os que existem atualmente, visto que haviam poucas obras e regras que dariam início aos atuais conceitos administrativos (PRESTES, 2013).

Partindo dessa perspectiva, entende-se que o processo de desenvolvimento da administração pública no Brasil é permeado por três modelos distintos: administração patriarcal, administração burocrática e administração gerencial. Esses métodos apareceram continuamente ao longo do tempo, mas isso não significa que nenhum tenha sido completamente eliminado (PRESTES, 2013).

Na administração pública patriarcal, o aparato do Estado era uma extensão do poder do próprio soberano, e seus funcionários eram considerados membros da nobreza, onde a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de governo.

Na administração pública burocrática surge a necessidade de combater a corrupção e o nepotismo do modelo anterior. Para tal se estabelecem alguns princípios, como: a individualidade, o formalismo, a hierarquia funcional, a ideia de

carreira pública e a profissionalização dos servidores públicos, consubstanciando a ideia de poder legítimo (PRESTES, 2013).

Em linhas gerais, a administração pública inclui estrutura e atividades de aparelhamento do Estado, operando por meio da junção de organizações e funcionários públicos, incumbidos por exercer a função de gestão do Estado, a fim de realizar serviços que satisfaçam as necessidades coletivas. Cabe ressaltar ainda que o conceito de administração pública pode ser dividido em dois sentidos:

Em sentido objetivo, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses coletivos. Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado (...) (DI PIETRO, 2004).

Sempre esteve presente a desconfiança em relação aos gestores públicos e aos cidadãos, que pediam ao Estado que atendesse às suas demandas. Por esta razão, controles rigorosos são sempre necessários em todos os processos, como admissão de pessoal, recrutamento por autoridades públicas e atendimento às necessidades das pessoas. A burocracia, embora tenha o grande mérito de ser eficaz no controle dos comportamentos abusivos, corre o risco de transformar o controle que lhe é inerente em fim do Estado, não apenas um meio para o seu fim (DI PIETRO, 2004).

Com isso, a burocracia encolhe, perdendo sua principal missão de servir à sociedade. Seu maior problema, portanto, é sua capacidade de se tornar ineficiente, autorreferencial e incapaz de satisfazer plenamente os desejos dos cidadãos. Priorizar a melhoria da eficiência administrativa, melhorando a qualidade do serviço e reduzindo custos. Como tal, a gestão de desempenho está preocupada com o processo de tomada de decisão, onde os recursos são usados para garantir a conclusão da tarefa e dos planos traçados anteriormente (MAXIMIANO, 2000).

O objetivo é desenvolver uma cultura de gestão nas organizações, com foco em resultados e aprimorar a capacidade de gestão do Estado, ou seja, a capacidade de gestão eficaz e eficiente. O cidadão passa a ser visto de outra forma, tornando-se um elemento essencial para a boa execução da ação pública, visto que é visto como o principal beneficiário, o cliente dos serviços por ele prestados.

Administração pública em todos os lugares história, aperfeiçoando os serviços prestados do Estado para o povo, segundo novas situações, carências e necessidades, buscando sempre o melhor para a sociedade.

A atividade concreta e imediata que o Estado realiza para garantir os interesses coletivos, apoiada num conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. O seu objetivo principal é o interesse público, tendo como referência os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (MATIAS; PEREIRA, 2010, p. 51).

Temos agora uma Constituição que se define em termos de administração pública, pois enumera os princípios constitucionais que regem as tutelas, atribuições, competências dos entes federados, etc. Os poderes permanecem três (Executivo, Legislativo e Judiciário), são independentes, mas em harmonia entre si. Ele enfatizou que a gestão não é apenas direta, mas agora tem participação indireta, mantida pelo Estado de acordo com os fins e interesses coletivos, a fim de promover os interesses sociais (SILVA, 2015).

Aqui, os princípios fundamentais se aplicam a um contexto nacional são transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Portanto, segue-se que o governo está tentando se aproximar dos proprietários e gerentes do capital, a fim de alinhar seus interesses.

Para Hitt, Ireland e Hoskisson (2012), os governos precisam utilizar técnicas de gestão mais sofisticadas que podem ser aplicadas em uma variedade de organizações, garantindo um maior nível de eficiência para as decisões tomadas, bem como elimina conflitos de interesse.

O governo deve funcionar como um sistema que visa direcionar, supervisionar e incentivar as organizações a adotar boas práticas para que seus princípios fundamentais possam ser transformados em recomendações objetivas (IBCG, 2015).

Assim, a administração pública desenvolve-se precisamente e deve estar ligada a três fatores: participação social na tomada de decisões, execução e controle sobre as políticas públicas; legitimidade do exercício do poder. Isso é feito para estabelecer as ações que levarão, monitorarão ou controlarão as organizações a fim de alcançar os resultados desejados, com seus princípios orientadores sendo totalmente aplicáveis à mais ampla gama de tipos organizacionais (MAXIMIANO, 2000).

A administração pública no Brasil, embora tenha havido avanços, ainda apresenta fragilidades significativas e desafios a serem enfrentados, refletindo na sua capacidade de responder com qualidade e rapidez aos desafios do século XXI, em especial à crescente necessidade da sociedade brasileira.

2.2 Os desafios contemporâneos da administração pública: burocracia e transparência

As sociedades do mundo têm sofrido transformações importantes, cada vez mais complexas e exigentes, obrigando o Estado a ser flexível na procura de respostas para problemas econômicos e sociais que exigem novas instituições e capacidade de gestão da inovação.

Além do impacto da mudança tecnológica e da interdependência global, os países contemporâneos se deparam com novos cenários que incorporam a necessidade de maior participação cidadã no processo de saída de decisões comuns, enfrentamento da desigualdade social, degradação ambiental e escassez de recursos.

Nesse novo cenário, os países em desenvolvimento, como o Brasil, devem superar a desigualdade social e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade econômica e o crescimento. A questão não se limita mais ao dilema ideológico da presença ou ausência do Estado, mas de sua necessária efetividade (BRASIL, 2014).

No caso do Brasil, o Estado passou a exigir mais, e com forte expectativa de que o Estado pudesse formular e implementar com eficácia e eficiência políticas para atender às necessidades sociais e garantir a seguridade social, garantindo o desenvolvimento sustentável do país (GRANJEIRO, 2003).

Ao contrário, a ampliação dos canais de participação e o fortalecimento dos princípios democráticos tornaram a relação entre a administração pública e a população um aspecto delicado e de preocupação urgente dos servidores públicos.

À medida que os cidadãos obtêm acesso a informações e canais para expressar seus direitos, tornam-se mais exigentes e cautelosos quanto ao custo e à qualidade dos serviços públicos prestados. Isso requer um maior nível de eficiência técnica e gerencial para o departamento de gestão e seus agentes. Para isso, o Estado e o Órgão Regulador devem estar abertos às mudanças e inovações

necessárias, viabilizando modelos de gestão orientados para a atuação empresarial e a eficiência dos resultados (KLIKSBURG, 1992).

Nesse sentido, todos os sistemas estruturais e dispositivos administrativos do setor público – como processos orçamentários, logísticos e de gestão de pessoas – devem convergir para tornar o aparato administrativo mais ágil e melhor atender aos interesses e necessidades da sociedade. Para o mesmo fim, deve ser fomentada a consciência profissional e o compromisso dos agentes com os fins sociais do Estado, estabelecendo como princípio máximo a vontade de servir o público com imparcialidade e moral.

Portanto, em resposta a esse duplo desafio – garantir o desenvolvimento sustentável do país e o bem-estar dos cidadãos brasileiros – o Estado deve buscar, inclusive por meio de reformas, sempre que necessário, a excelência no desempenho técnico e gerencial. Esses processos não devem ser limitados a um simples redesenho de processo ou aplicação de tecnologia isolada (GRANJEIRO, 2003).

É importante continuar comprometido com uma política nacional de administração pública que inclua, entre outros aspectos, o desenho geral do aparelho público, orientação para a inovação, capacitação das instituições de pesquisa, integração regional e compromisso social da administração pública (KLIKSBURG, 1992).

Em suma, uma visão e estratégia global do Estado e do Regulador, permitindo ao País enfrentar os desafios do presente e do futuro, tendo em conta as particularidades do país e da região, sem perder de vista o continente e o mundo.

Múltiplas estruturas de governo foram desenvolvidas para maximizar os resultados organizacionais e garantir que os interesses dos proprietários e administradores estejam alinhados, a fim de dar aos investidores iniciais mais conforto e segurança sobre a gestão de seu capital (BRASIL, 2014).

Como resultado, uma relação de confiança e cooperação entre os cidadãos e o governo é estabelecida, com o objetivo de servir os cidadãos em vez de transformá-los em clientes. Ou, reduzir o caráter puramente econômico da administração em favor da característica participativa da administração pública, que está mais intimamente relacionada ao princípio da eficiência. É interessante adotar esses dois princípios: eficiência e participação, de forma coordenada, uma vez que não estão em desacordo entre si no processo de gestão dos assuntos públicos.

Valorizar as pessoas como parte da boa governança vai além de simplesmente focar na produtividade. Seria o conceito de liderança e cooperação compartilhada, envolvendo todas as partes envolvidas e valorizando o serviço público e a cidade (KLIKSBURG, 1992).

Para que o Estado possa atender às necessidades do coletivo, é necessário um conjunto de organizações, serviços e pessoal organizado por meio da Administração Pública para promover a segurança, a saúde, a educação e o bem-estar da sociedade. Dessa forma, a administração pública deve ser planejada, gerenciada e policiada sempre que utilizar recursos públicos para atingir seus objetivos e metas. Nesse sentido, transparência, controle social e gestão pública efetiva são as palavras de ordem nesse novo contexto social.

A transparência nas relações públicas está logicamente relacionada com a boa governança e as políticas públicas. A transparência ativa é um dever mínimo da administração, na medida em que fornece quaisquer informações relevantes para os cidadãos, bem como torna-os compreensíveis para aqueles que os procuram (HARRISON et al., 2012).

O Estado é o guardião da informação pública, visto que ela é de interesse dos cidadãos. Como resultado, justificativas prévias para o acesso aos dados não são necessárias e, por outro lado, a recusa do governo em fornecer os dados deve ser justificada.

Em termos práticos, transparência significa permitir informações abertas sobre atividades e decisões governamentais. E além disso, há também informações amplamente aplicáveis, oportunas e livremente disponíveis para o público. Os governos devem incentivar os cidadãos a participar do discurso público, expressar suas opiniões e ajudar a criar um governo mais responsável, inovador e eficaz (HARRISON et al., 2012).

O cidadão deve ter acesso aos procedimentos para solicitar aos funcionários do governo justificativas para suas ações. Ou, mecanismos que permitam a responsabilização por erros cometidos em como suas atividades foram realizadas (em violação da lei ou acordos assinados).

A transparência só existe quando há acesso livre e fácil às informações fornecidas (publicidade), bem como a capacidade de interagir com as informações fornecidas (transparência) e sua inteligência. A informação é crucial para o desenvolvimento de habilidades democráticas fundamentais, como a formulação de

preferências e opiniões, o estabelecimento de hipóteses e a participação na decisão/fazer; sem isso, a voz do cidadão é inaudita e o exercício de seus direitos é comprometido (HARRISON et al., 2012).

O governo brasileiro adotou uma série de leis e práticas de gestão que concretizam o modelo democrático participativo, eficiente e transparente à medida que progride ao longo do tempo. O caminho ainda é longo, mas estamos no caminho certo. Não podemos recuar ou retroceder diante das incursões daqueles que ocupam posições de poder, que acabam por ter um limite para essas conquistas constitucionais.

3 METODOLOGIA

Este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, com enfoque na busca por bibliografias correlatas a temática pesquisada, para posterior análise das informações obtidas. Para tal, contou com uma abordagem descritiva, partindo da consulta de material em bases de dados confiáveis, como: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), entre outros, utilizando os descritores: “administração pública”, “desafios” “burocracia” e “transparência”.

Como critério de inclusão buscou-se por artigos científicos no idioma português, com publicação no período de 2012 a 2022 (com ressalva para documentos de renome, que não disponibilizavam de edições atualizadas), que tratassem dos elementos que permeiam a administração pública, como forma de aprofundar os conhecimentos acerca da temática no contexto do setor público. Sendo assim excluídos os textos incompletos, que relataram sobre outras modalidades de práticas que não fizeram referência a temática proposta.

Posterior à fase de coleta, foi realizada a verificação de documentos e bibliografia, na qual as informações obtidas foram analisadas. Para Caulley, entende-se que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (CAULLEY, 1981, apud Lukde e André, 1986, p. 38). É notório que os documentos formam uma rica fonte de informações que não podem ser deixadas de lado, uma vez que servem para fundamentar os dados colhidos durante todas as etapas da pesquisa.

Deste modo, a metodologia empregada neste estudo foi de cunho qualitativo, visto que não se baseia em dados numéricos, ou a quantificação de determinados fenômenos, mas sim a consideração dos fatores que envolvem todo um universo de significados, por meio do aprofundamento das questões que envolvem crenças, valores e atitudes a respeito do que é observado (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Desta forma, o assunto em questão foi abordado por meio de leituras de artigos e periódicos relacionados a ele, bem como autores que fizeram referência ao assunto de forma fundamentada e responsável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste estudo possibilitou alcançar o objetivo proposto inicialmente, a fim de refletir acerca dos desafios da administração pública na contemporaneidade, partindo do resgate histórico e da caracterização dos elementos que permeiam o ato administrativo, visando promover uma abordagem acerca dos desafios contemporâneos permeados pela burocracia pública e a necessidade da transparência das atividades governamentais.

Essas reflexões norteadoras da pesquisa permitiram aprofundar os conhecimentos a respeito das primeiras manifestações da administração pública, tomando como base a organização administrativa das civilizações nos primórdios até os dias atuais.

A busca por formas de gestão participativas no Brasil, tem como ponto de partida a importância de considerar as necessidades da sociedade, a fim de traçar estratégias que ultrapassem os desafios e garantam transparência nas atividades governamentais e eficiência nos serviços prestados.

A administração pública assume papel complexo, visto que exige dos seus agentes o comprometimento com a satisfação dos interesses dos cidadãos, partindo de princípios estabelecidos pela ética, eficiência, impessoalidade, dentre outros.

Por fim, os resultados obtidos por esta pesquisa confirmam a hipótese inicial e permitem uma reflexão mais aprofundada com relação aos elementos que norteiam a administração pública, partindo da gestão, dos agentes públicos e da sociedade, evidenciando os pontos que precisam de melhoria e os desafios enfrentados por administradores com o intuito de efetivar uma gestão de qualidade. Sugere-se ainda,

dar continuidade a essa pesquisa, partindo da implementação de novos estudos que busquem investigar os processos que envolvem a atividade administrativa, objetivando a implementação dos modelos de qualidade e gestão participativa de forma mais abrangente, para que as necessidades dos envolvidos sejam consideradas e atendidas de maneira satisfatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

CASTRO, Flávia de. **História do direito geral e Brasil**. 8. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado: teoria constitucional e relações internacionais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GRANJEIRO, J. Wilson. **Administração pública**. 11. ed. Brasília: Vestcon, 2003.

HARRISON, Teresa M. et al. **Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective**. Information Polity, n. 17, p. 83–97, 2012.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Strategic management cases: competitiveness and globalization**. Cengage Learning, 2012.

KLIKSBERG, B. Redesenho do Estado para o desenvolvimento sócio-econômico e a mudança: uma agenda estratégica para discussão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 28(3):5-25, jul./set. 1994.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 2ª ed. São Paulo: Atlas,

2000.

SILVA, Adival do Carmo. **Evolução da administração pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais.** Cuiabá, 2015.